



Sindsep e Coren debatem ACT da categoria

O Sindsep e o Coren estiveram reunidos na tarde de hoje, 29, para discutirem o Acordo Coletivo de 2024/2025.

Durante a reunião foram debatidas algumas cláusulas sociais, que foram consensuadas, e outras que ficaram para serem discutidas com o conjun-

to dos trabalhadores.

Com relação às cláusulas econômicas, o Coren informou que até o dia 05 de agosto, apresentaria uma contraproposta aos trabalhadores.

Uma nova reunião ficou agenda para o dia 9 de agosto, onde as partes irão discutir a

posição dos trabalhadores com relação à contraproposta do Coren.

O Sindsep mais uma vez ratificando o seu comprometimento com a base, e buscando uma negociação que tenha como foco principal atender aos anseios da categoria.

Confira quais categorias ainda buscam resolver pendências em negociações com MGI

A Condsef/Fenadsef, entidade que representa cerca de 80% dos servidores do Executivo Federal, segue buscando a solução de impasses ainda instalados em processos de negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

No final de abril, com a assinatura do termo de compromisso que assegurou reajuste nos benefícios, incluindo auxílio-alimentação, creche e saúde suplementar, foi assegurada a abertura de mesas específicas e temporárias que seriam instaladas até este mês de julho.

Mas quais setores ainda possuem pendências e continuam buscando resolver os conflitos instalados?

Na base da Condsef/Fenadsef,

servidores do Dnit, PCCTM, Inep e FNDE enviaram resultado de assembleias que determinaram rejeição à proposta apresentada pelo governo em suas respectivas mesas de negociação. Servidores da Ciência e Tecnologia aguardam a formalização de proposta que, de acordo com o MGI, deve ser feita ainda nessa segunda, 29, e será imediatamente remetida para assembleias nos estados.

Cumprindo determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e em greve, servidores da Área Ambiental e do INSS tentam reabrir o diálogo com MGI que determinou que não haveria espaço para apresentação de novas contrapropostas.

Um dos pontos de entrave no INSS está na concessão de reajuste

na Gdass, que é uma gratificação de desempenho. A categoria reivindica que o percentual de reajuste seja aplicado ao Vencimento Básico (VB). Na Área Ambiental, Condsef/Fenadsef e Ascema Nacional apresentaram uma contraproposta conjunta e acreditam que o diálogo pode construir uma solução para o impasse com a categoria.

Servidores do Inkra também estão em busca de resolver pendências com uma contraproposta apresentada ao MGI. "Nossa expectativa é de que com diálogo possamos encontrar soluções capazes de dissolver os conflitos ainda existentes", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação.

Fonte: Condsef



Economia do país poderia crescer mais se os juros não fossem altos

O presidente Lula (PT) fez neste domingo (28), em cadeia nacional de rádio e TV, um balanço de 1 ano e meio do seu governo: “Apostavam que o crescimento do PIB não passaria de 0,8%, mas crescemos quase 3% no ano passado, e vamos continuar crescendo. O salário-mínimo voltou a ter aumento acima da inflação. E quase 90% das categorias profissionais tiveram aumento real de salário. Aprovamos a igualdade salarial entre homens e mulheres. A inflação está sob controle, e caindo. Mais de 2 milhões e 700 mil empregos foram criados e a taxa de desemprego é a menor em 10 anos”, disse o presidente.

Esses números poderiam ser ainda melhores se a taxa da Selic, determinada pelo Banco Central, não fosse tão alta (10,50%), e não estivesse emperando a roda da economia, travando a distribuição de renda.

As empresas recorrem aos empréstimos oferecidos pelos bancos para sanar suas dívidas. Para pagar esse empréstimo, com a taxa de juros nas nuvens, elas sacrificam, entre outras coisas, investimentos tecnológicos, em pesquisas e demitem funcionários e deixam de contratar trabalhadores e trabalhadoras. Consequência: não há geração de empregos. Sem geração de empregos não há consumo, sem consumo não há renda, sem renda as empresas são obrigadas a contratar mais empréstimos com juros alto e assim por diante: é a roda da economia rodando no mesmo lugar.



A corda sempre rompe do lado dos pequenos

Dados mostram que são os micros e pequenos empresários que geram mais trabalho no Brasil. De janeiro a abril de 2024, registrou-se quase 959 mil novas contratações no país, 61 % dessas vagas foram de micro e pequenas empresas. Mas são elas as primeiras a converter a queda do consumo em demissões e o efeito devastador da Selic não para por aí. Sem renda, o trabalhador reduz o consumo, a roda da economia gira mais lentamente ou chega a travar em alguns setores.

Mas quem se beneficia com a Selic nas alturas?

Enquanto a maioria da população brasileira e pequenos e micro empresários se sufocam com o crédito mais caro, aqueles que estão no topo da pirâmide social, vivendo da especulação financeira que não produz nada e nem gera um único emprego, vibra com a Selic alta para que possam multiplicar mais rapidamente suas fortunas.

“Com a atual taxa de juros no Brasil (em 10,5%), é possível duplicar, em apenas seis anos, o valor de um patrimônio aplicado em títulos públicos, sem a realização de nenhum tipo de investimentos produtivos,

como, por exemplo, o Tesouro Prefixado 2031, com juros anuais em 12,29%”, destaca o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Cavarzan.

“A título de comparação, com os juros pagos por títulos públicos de prazo similar nos Estados Unidos, levaria cerca de 17 anos, ou quase 3 vezes mais tempo, para duplicar o valor dos recursos aplicados. Isso representa um enorme desincentivo ao investimento produtivo gerador de emprego e renda no Brasil”, prosseguiu.

Ato na terça-feira (30)

Por tudo isso é que a CUT e as demais centrais farão um protesto contra a taxa de juros, a Selic, na terça-feira (30), a partir das 10 horas. As ações dos atos por “Menos juros, mais empregos”, serão em frente às sedes do Banco Central (BC), em Brasília, em São Paulo e nas demais cidades em que há representação da instituição financeira. A data foi escolhida por ser o primeiro dia de reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a taxa de juros do país a cada 45 dias.

Fonte: CUT